LIVRES

Santa Catarina

Raio-X dos Estados 2026

FICHA TÉCNICA

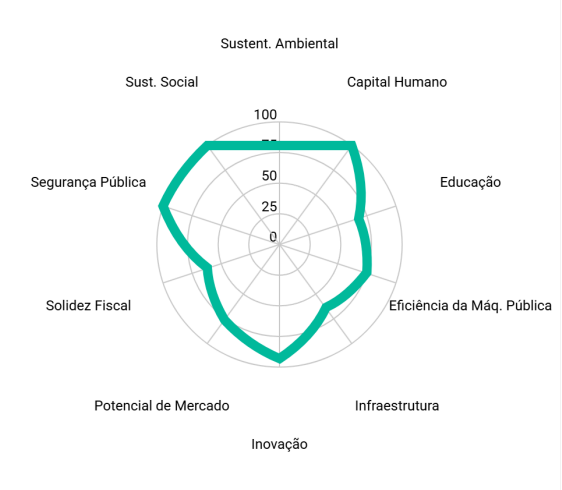
Governador	População	Área	Ranking CLP	Pontos	Variação
Jorginho Melo (PL)	7.610.310 (2022)	95.731km²	2º	80,1	–

Panorama geral

De acordo com o Ranking de Competitividade dos Estados 2025 do CLP, Santa Catarina ocupa a **2ª colocação** geral do país. Consolidando seu protagonismo nacional, o estado apresenta um desempenho de excelência, com destaque absoluto na liderança dos pilares de **Capital Humano** e **Segurança Pública.**

O pilar de **Capital Humano** manteve a liderança nacional (1º lugar), impulsionado por uma força de trabalho altamente dinâmica. O estado consagrou-se no topo da tabela ao alcançar a 1ª colocação em **Formalidade do Mercado de Trabalho**. Esse desempenho é referendado por dados da PNAD Contínua do IBGE, que apontam que Santa Catarina registrou a menor taxa de desemprego do país (consolidada em 2,2% ao final de 2025) e também conquistou a menor taxa de analfabetismo do Brasil (1,5%) entre a população de 15 anos ou mais, conforme os indicadores de educação divulgados na PNAD Contínua Anual.

Outro ponto de destaque é a **Segurança Pública**, Santa Catarina consolidou-se mais uma vez na liderança isolada (1º lugar). Essa referência nacional de tranquilidade social é comprovada por dados consolidados da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP/SC). Em 2025, o estado alcançou o menor índice de homicídios e roubos dos últimos 18 anos, registrando uma taxa histórica de apenas 5,2 homicídios por 100 mil habitantes — com uma redução absoluta de 16,4% nos assassinatos (429 ocorrências).



Principais desafios

Por outro lado, Santa Catarina apresenta entraves nos indicadores de **Eficiência da Máquina Pública** e **Custo de Mão de Obra**. Inicialmente, no pilar de eficiência da máquina pública (10º, -7), houve uma perda relativa de posições devido a gargalos internos, a exemplo do **Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual** (21º) e do elevado **Custo do**

Judiciário/PIB (6°), que pressiona as contas do estado. Essa desigualdade representativa é validada pela composição do legislativo estadual, onde, conforme dados da apuração oficial, observa-se uma baixa representatividade feminina nas 40 cadeiras disponíveis, refletindo um gargalo na paridade de gênero pública da região.

Por fim, apesar de liderar em capital humano, o estado ocupa a 24ª posição em **Custo de Mão de Obra.** O pleno emprego e a consequente escassez de trabalhadores inflacionam os salários, encarecendo a produção. Dados oficiais do Mapa do Trabalho Industrial, divulgado pela FIESC, mostram a dimensão desse gargalo: o estado precisa qualificar e formar mais de 800 mil trabalhadores para a indústria, sendo que 150 mil necessitam de formação inicial completa. A severa escassez de profissionais inflaciona os custos trabalhistas locais e limita a expansão da produção devido à disputa acirrada por vagas.

Recomendações técnicas

A partir deste diagnóstico, é possível aperfeiçoar a qualidade da entrega dos serviços públicos do ente estadual à população por meio da adoção de medidas com os seguintes norteadores.

1. Eficiência da Máquina Pública

Programa de Lideranças na Gestão Pública com Foco em Mulheres:

Implementar programas de formação avançada e mentoria executiva em parcerias com o setor público e privado para capacitar servidoras e lideranças femininas em áreas estratégicas de tomada de decisão (como planejamento, infraestrutura e finanças), promovendo ativamente a igualdade de gênero, a quebra do teto de vidro e a circulação de talentos femininos em cargos de comando no estado.

Reforma das Carreiras de Estado:

Redesenhar o funcionalismo público do estado com base em avaliação de desempenho, meritocracia e sustentabilidade fiscal, proibindo por lei estadual reajustes automáticos (como anuênios e triênios) que engessam o orçamento catarinense. Essa medida otimiza os recursos do Tesouro Estadual, abrindo margem fiscal para investimentos na modernização dos serviços públicos e no atendimento direto ao cidadão.

Ampla Revisão de Privilégios e Fim de Penduricalhos:

Eliminar, no âmbito do funcionalismo público e do Judiciário estadual, os benefícios arbitrários e penduricalhos acumulados que geram pagamentos acima do teto constitucional, assegurando por meio de fiscalização rígida que nenhuma vantagem pecuniária ultrapasse o limite remuneratório do estado. Essa medida moraliza a folha de pagamento das carreiras estaduais e preserva os recursos do Tesouro Estadual para o financiamento de serviços públicos essenciais.

Saiba mais

Raio-X dos Estados é uma parceria com o Centro de Liderança Pública (CLP). Apoie nossas soluções liberais para o Brasil em eusoulivres.org/apoie. Para conhecer outras propostas, confira o nosso Caderno de Políticas Públicas, disponível em eusoulivres.org/cpp. Para apoio na implementação dos projetos, entre em contato com a equipe de políticas públicas do Livres.

Rafael Moredo - Coordenador de Políticas Públicas - rafael.moredo@eusoulivres.org